



A Liquidez no Subsistema Bancário Nacional no Período de 2007 a 2019

Alberto de Oliveira Vunge

alberto.vunge89@gmail.com

Sem vinculação institucional

Orcid: 0000-0002-3305-0202

Resumo

A primeira crise bancária do século XXI, iniciada em 2007 nos Estados Unidos, pôs a descoberto a inadequação da liquidez dos bancos. O tema da liquidez é pré-Basileia, na medida em que antes da formalização da preocupação com o tema da liquidez pelo BIS¹, com a definição de métricas e mecanismos de monitorização do risco de liquidez, esta já era aferida através de um rácio simples e não dinâmico, como o rácio de transformação de depósitos em crédito. O presente artigo faz a análise da situação de liquidez do subsistema financeiro bancário nacional, captada através de um indicador que releva elementos patrimoniais activos (crédito) e passivos (depósitos captados), no período de 2007 a 2019, bem como factores que influenciam de alguma forma a dinâmica da liquidez de um banco. Segundo Caiado (2015), o crédito e os depósitos captados são os dois principais itens do balanço de um banco que opera num subsistema financeiro normal. O objectivo primário é a análise temporal da liquidez agregada do subsistema financeiro bancário nacional, medido pelo rácio crédito/depósito. E, em termos gerais, procede-se também à análise de um conjunto de variáveis sob discricionariedade da gestão dos bancos, que, de acordo com a literatura, impactam a situação de liquidez do subsistema financeiro bancário. Para se alcançar o objectivo deste trabalho, procedeu-se à recolha de dados das demonstrações financeiras, devidamente auditadas e agregadas, publicadas no site da Associação Angolana de Bancos (ABANC) para o período de 2007 a 2019.

Palavras-chave: liquidez, subsistema financeiro bancário

Abstract

The first banking crisis of the 21st century, which began in 2007 in the United States, revealed the inadequacy of bank liquidity. The liquidity issue is pre-Basel, insofar, before the formalisation of the concern with the liquidity issue by the BIS², with the definition of metrics and mechanisms for monitoring liquidity risk, it was already measured through a simple and non-dynamic ratio, such as the ratio of transformation of deposits into credit. This article aims to analyse the liquidity situation of the national banking financial subsystem, captured through an indicator that highlights assets (credit) and liabilities (deposits collected), in the period from 2007 to 2019, as well as factors that somehow influence the dynamics of a bank's liquidity. According to Caiado (2015), credit and deposits are the two main items on the balance sheet of a bank operating in a normal financial subsystem. The primary objective is the temporal analysis of the aggregate liquidity of the domestic banking financial subsystem, measured by the credit-to-deposit ratio. And, in general terms, we also analyse a set of variables under the discretion of banks' management, which, according to the literature, impact the liquidity situation of the

1 Bank for International Settlements

2 Bank for International Settlements

banking financial subsystem. To achieve the objective of this work, we collected data from the duly audited and aggregated financial statements published on the website of the Angolan Association of Banks (ABANC) for the period 2007 to 2019.

Keywords: liquidity, banking financial subsystem

A Liquidez no Subsistema Bancário Nacional

Uma das grandes batalhas de um banqueiro consiste em equilibrar o binómio risco–retorno. A quantidade de risco que o banqueiro precisa de equacionar na gestão do seu negócio é diversificada e de naturezas distintas. Entretanto, sobressaem os riscos de solvabilidade e de liquidez. O risco de solvabilidade sempre ocupou uma posição privilegiada nas preocupações em torno da segurança do sistema financeiro mundial. Assim é, desde que o Acordo de Basileia I procurou determinar o quantum e a natureza adequados de capital que uma instituição financeira devia deter, bem como formalizar métricas adequadas de aferição da solvabilidade no sector, isto ainda em 1988. O tema da liquidez, enquanto elemento importante para a segurança do sistema financeiro, veio à baila apenas no Basileia III, como resposta à crise de 2007, que foi, na sua essência, uma crise de liquidez, segundo Gonzalez (2020)³. Para tanto, o BCBS⁴ publicou, em Setembro de 2010, o Acordo de Basileia III. O acordo é formado essencialmente por dois documentos — (i) Basel III: A global regulatory Framework for more resilient banks and banking systems; e (ii) Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring.

Todavia, o Acordo não estava ainda completado. Relativamente à medição, estabelecimento de padrões e monitorização de riscos de liquidez, o carácter algo revolucionário inerente à proposta de Dezembro de 2009 e a forte reacção adversa que, de início, suscitou nos meios bancários, justificaram que o debate se arrastasse por vários anos. Assim, só em Janeiro de 2013, e mesmo assim só em parte, foi alcançado o consenso sobre o regime dos novos padrões de liquidez a curto prazo, traduzidos na regulamentação desenvolvida em torno do Liquidity Coverage Ratio (LCR). E foi necessário aguardar até final de Outubro de 2014 para o BCBS ver acesa a «luz verde» para um acordo global, pois só então foi definitivamente firmado um consenso sobre o quadro regulatório para o novo rácio de liquidez estrutural, designado (Net Stable Funding Ratio, NSFR).

Mas antes dos acordos de Basileia de 1988 já havia uma métrica de aferição da liquidez, embora contabilística.

Era o rácio Loan-to-Deposits (LTD), um rácio entre a carteira de crédito de um banco e a sua carteira de depósitos. É também conhecido como rácio de transformação de depósitos em créditos. Este indicador é de particular importância, sendo hoje combinado com as métricas de Basileia para monitorar a situação de liquidez de um sistema financeiro. O indicador é de especial relevo na medida em que os bancos captam depósitos no mercado a curto prazo e o concedem a título de crédito por prazos mais longos. Decorre daqui a possibilidade de um banco ser incapaz de atender à procura de fundos por parte de seus depositantes se não se apresentar capaz de repor continuamente os saldos de depósitos que haja concedido em sede de crédito. Aliás, manifestando-se essa incapacidade, o banco não mais seria capaz de continuar a multiplicar moeda, isto é, conceder crédito, porque a sua capacidade de criar moeda depende da sua capacidade de cobrir a carteira de crédito por depósitos.

Um rácio LTD muito alto pode indiciar risco de liquidez na medida em que pode significar que o banco está a transformar uma parte importante dos depósitos em crédito, colocando-se numa situação em que talvez não seja capaz de atender aos pedidos de liquidez dos seus clientes; mas, a verdade é que os bancos vivem de alavancagem financeira, isto é, dependem da possibilidade de usar os depósitos para fazer

3 Gonzalez, Altina, et al., Economia e Gestão Bancária, 2020

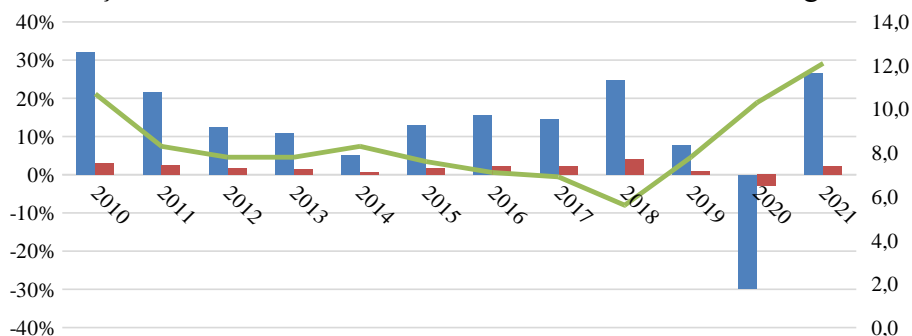
4 O Comité de Supervisão Bancária da Basileia (BCBS) é o principal definidor global de padrões para a regulação prudencial dos bancos e fornece um fórum de cooperação regular em questões de supervisão bancária. Os seus 45 membros incluem bancos centrais e supervisores bancários de 28 jurisdições.

investimentos em activos financeiros, como, por exemplo, o crédito. Podem notar, como referi acima, o esforço que o banqueiro precisa de desenvolver para o equilíbrio retorno-liquidez.

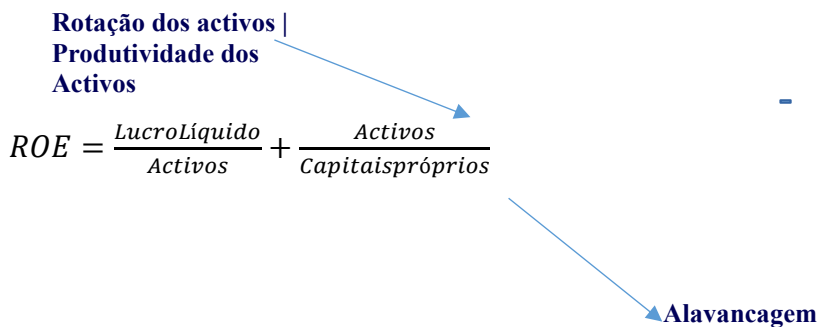
Um banco com fraco nível de alavancagem financeira não se apresenta com o dinamismo necessário para multiplicar a moeda nos níveis desejáveis pela economia, na medida em que os accionistas não possuem tanto dinheiro, por um lado, e, por outro, quanto menos alavancada for a estrutura de capital de um banco, menor será, em termos relativos — se comparado com a indústria — a sua capacidade de criar valor para os accionistas!

A riqueza criada para o accionista pode ser medida através de indicadores mais contabilísticos, como o ROE/ROAE⁵

Gráfico n.º 01 – Evolução de indicadores de rentabilidade e rácio de alavancagem na banca



Fonte: Indicadores de Solidez Financeira, BNA, e elaboração própria.



A imagem infográfica acima valida a situação de alavancagem da estrutura financeira, por um lado, e como fonte de geração de riquezas, por outro, de uma empresa bancária ou financeira, grosso modo!

O rácio LTD se apresenta como uma medida importante para situação de liquidez dos bancos.

$$LTD = \frac{\text{Créditos}}{\text{Depósitos}}$$

Como já mencionámos, quanto mais alto for este rácio, mais rápida é a caminhada para uma situação de quebra de liquidez, salvo se o nível de alavancagem do banco for muito fraco — o que não é apanágio no negócio bancário, conforme demonstrado no gráfico acima, pois os bancos precisam de alavancar para ganharem dinheiro e a economia precisa que os bancos alavanquem para terem maior capacidade de multiplicação da moeda — ou se se o banco financia a sua carteira de activos através de outros fontes que não o depósito.

Para a realidade angolana, podemos nos questionar se ter o crédito no cálculo do LTD mede correctamente o risco de liquidez, na medida em que, nos últimos anos, uma parte importante destes recursos captados tem sido alocada a títulos do tesouro. Não, isto não subestima a qualidade desta métrica de motorização do risco de liquidez, na medida em que, contrariamente ao crédito, os títulos do

5 O ROE (Return on Equity) mede o retorno que a gestão de um banco proporciona ao acionista por cada 100 unidades que este põe à sua disposição. O ROAE é equivalente ao indicador acima, mas calculado sobre a média dos fundos próprios.

tesouro são líquidos na medida em que existe um mercado secundário com profundidade e intensidade onde podem ser negociados.

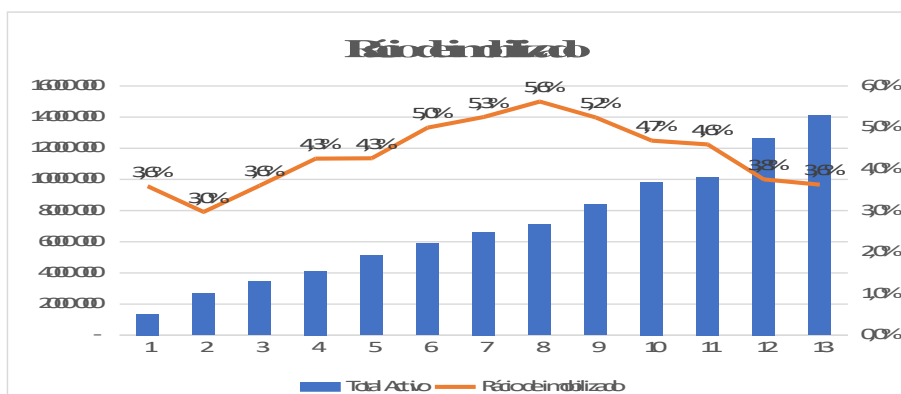
Olhando para a fórmula operacional do LTD⁶, podemos facilmente concluir que:

- 1 cresce com a fraca capacidade do banco captar ou renovar os depósitos que são sacados ou vencem;
- 2 decresce na medida em que renova ou concede menos crédito.

Um rácio alto, *ceteris paribus*, denota risco de liquidez e pode limitar a capacidade do banco conceder mais crédito. Por outro lado, se um banco tem dificuldade em captar depósitos no mercado, pode contornar o risco de liquidez aplicando os fundos de que dispõe em instrumentos mais líquidos e com menos risco de liquidez, como os títulos da dívida pública, em detrimento do crédito. Já escrevi antes que o *shift* crédito-títulos do tesouro é também uma válvula de escape ao risco de solvabilidade e de capital à disposição do banqueiro!

Queria também dar nota de que, quanto menos estáveis forem os depósitos que lastreiam os créditos de um banco, maior é a sua preocupação como risco de liquidez. Então um banco que pretenda multiplicar moeda com relativa segurança, em matéria de liquidez, *ceteris paribus*, deverá captar mais depósitos a prazo do que depósito à ordem!

Gráfico n.º 02 — Evolução do peso de imobilizações corpóreas no total dos activos do subsistema financeiro bancário



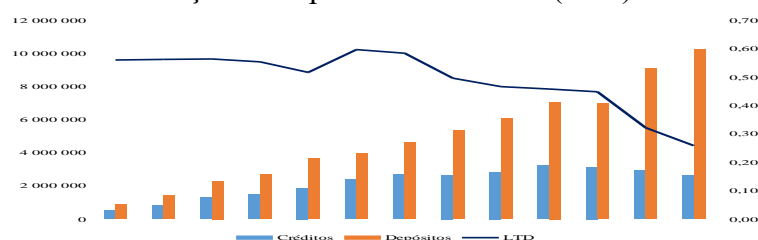
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ABANC (valores em milhões de Akz).

A aplicação de fundos de um banco em activos operacionais ou imobilizados é outra fonte de fuga de liquidez. Os activos imobilizados possuem mais risco de liquidez do que os créditos. Idealmente, dada a tendência da desmaterialização do negócio financeiro, a rubrica de imobilizado corpóreo deve apresentar uma visão “anoréxica” no balanço de um banco.

A imagem infográfica acima mostra-nos precisamente que a banca tem sido racional na alocação de fundos nesta categoria de activos. A média de alocação de recursos neste tipo de activos foi de 4% no período em estudo.

Há também uma preocupação regulamentar no sentido de limitar o consumo de recursos financeiros do sistema financeiro com a sua alocação em imobilizado corpóreo. Há um limite regulamentar definido pelo BNA.⁷

Gráfico n.º 3 – Rácio de transformação de depósitos em crédito (LTD)



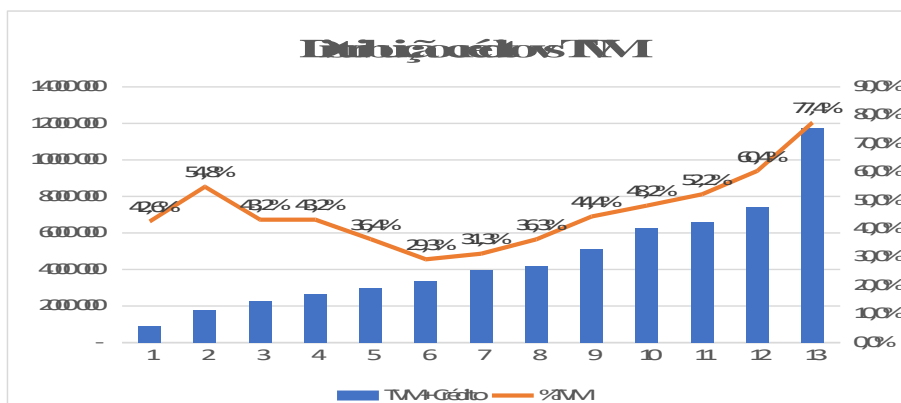
6 Loan to Deposit —Rácio de transformação de depósitos em créditos.

7 Banco Nacional de Angola — Supervisor do subsistema financeiro bancário angolano.

Fonte: Elaboração própria, dados da ABANC (valores em milhões de Akz).

Em média, no período considerado, por cada kz 1 de depósitos captados do mercado, os bancos alocaram kz 0,49 cêntimos ao produto “crédito”. Pelos dados apresentados, e pela métrica escolhida, não parece haver, no período, qualquer preocupação com o tema da liquidez. Aliás, a estratégia da banca tem sido a conservação do capital. Isto é, concederam-se poucos créditos, tendo-se preferido, de certa forma, investir em activos mais líquidos, como os títulos e valores mobiliários, conforme se pode notar na imagem infográfica abaixo:

Gráfico n.º 4 — Evolução do peso dos investimentos em TVM6 no total de aplicações em créditos e TVM



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do relatório financeiro da ABANC|2007–2019 (valores em Kz milhões).

A imagem infográfica acima mostra-nos os valores combinados, em milhões, dos investimentos em títulos do Tesouro (detidos até ao vencimento) e em créditos. Colocando o primeiro em evidência, podemos notar o peso dos investimentos em títulos do Tesouro ao longo da série temporal, tomando como denominador os investimentos em títulos do Tesouro e as aplicações em créditos.

Com uma média de 46,14% no total dos valores alocados em créditos e TVM no período considerado, parece razoável afirmar que os bancos não apoiaram convenientemente o sector real da economia, tendo direccionado uma parte importante dos recursos à sua disposição para financiar o Estado.

Conclusões

A banca nacional tem apresentado uma situação de liquidez que se pode dizer confortável, mesmo no cenário de dificuldades económicas em que se desenvolve a economia nacional.

Ao ter desenvolvido preferência pela liquidez e ao aplicar os fundos à sua disposição em activos com maior liquidez, entretanto relativamente menos rentáveis, a banca tem conseguido gerir convenientemente o seu risco de liquidez.

A preferência por um modelo de investimento assente em activos de menor risco de crédito tem permitido à banca mitigar a erosão do seu balanço, o que lhe possibilitou conservar o seu nível de liquidez.

Referências

- ABREU, Margarida, et al. Economia Monetária e Financeira, 2.^a ed., Lisboa Escolar Editora, 2012.
- ALTINA, Gonzalez, et al., Economia e Gestão Bancária, Universidade Católica Editora, 2021.
Associação Angola de Bancos, Estatísticas de 2007 a 2019.
- CAIADO, Aníbal Campos, Bancos, Normativos, Contabilidade e Gestão, 1.^a ed. Lisboa, Edições Sílabo, 2015.
- CAIADO, Aníbal Campos, Gestão de Instituições Financeiras, 1.^a ed. Lisboa, Edições Sílabo, 2006

